

LOPES, Lucas

*min. Viação 1954-1955 e 1955-1956; pres. BNDE 1956-1958; min. Faz. 1958-1959.

Lucas Lopes nasceu em Ouro Preto (MG) no dia 25 de junho de 1911, filho de Francisco Antônio Lopes e de Maria da Conceição Mosqueira Lopes. Seu pai, engenheiro e professor, era primo de Ildefonso Simões Lopes, ministro da Agricultura de 1919 a 1922, deputado federal pelo Rio Grande do Sul em várias legislaturas durante a República Velha e participante da Revolução de 1930. Luís Simões Lopes, filho de Ildefonso, foi chefe do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) de 1938 a 1945, fundador e presidente da Fundação Getúlio Vargas de 1944 a 1992.

Fez os estudos primários em sua cidade natal e concluiu o secundário no Colégio Arnaldo, em Belo Horizonte . Ingressou em 1927 na Escola de Engenharia da Universidade de Minas Gerais e ainda estudante começou a trabalhar, primeiro como repórter no jornal *O Estado de Minas* e depois como desenhista na seção técnica da Estrada de Ferro Oeste de Minas, que logo após a Revolução de 1930 foi transferida do governo federal para o governo de Minas, juntamente com a Estrada de Ferro Sul Mineira e a Estrada de Ferro Paracatu, formando a Rede Mineira de Viação. Formado em engenharia civil em 1932, ocupou os cargos de engenheiro-chefe de oficina, chefe de tração e chefe da divisão de transportes da Rede Mineira de Viação. Sem perder o vínculo com a Rede, licenciou-se em 1940, trabalhou na Companhia Auxiliar das Empresas Elétricas Brasileiras (CAEEB), no Rio de Janeiro, e em seguida na Sociedade Técnica de Materiais (Sotema), para a qual montou em Ladário, junto a Corumbá (MT), uma oficina para vagões destinados à Estrada de Ferro Brasil-Bolívia. De Corumbá transferiu-se para Vitória, a convite de Israel Pinheiro, então presidente da Companhia Vale do Rio Doce, para preparar a Estrada de Ferro Vitória-Minas para receber e montar vagões a serem utilizados no transporte de minério.

Em 1943, por indicação de Israel Pinheiro, foi convidado Benedito Valadares, interventor federal em Minas, para ocupar a Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do estado. Passou então a exercer importante papel no planejamento dos investimentos governamentais, dando continuidade, entre outros, aos projetos da Cidade Industrial e da usina de Gafanhoto, destinada a fornecer energia elétrica para o pólo industrial de Belo Horizonte. Além disso, assumiu o cargo de diretor da seção mineira da Coordenação da Mobilização Econômica, órgão criado em 1942 sob a chefia de João Alberto Lins de Barros para ajustar o funcionamento da economia brasileira à situação mundial, marcada pelo prolongamento da Segunda Guerra Mundial. A principal atividade

da Coordenação em Minas foi a distribuição de cotas de consumo, segundo o planejamento estabelecido para atender às necessidades da economia de guerra.

Com a deposição de Getúlio Vargas em outubro de 1945, Benedito Valadares e sua equipe foram afastados do governo mineiro. Mesmo assim, Lucas Lopes voltou a chefiar uma secretaria — desta vez a de Viação e Obras Públicas — entre fevereiro e agosto de 1946, durante o governo do interventor João Tavares Correia Beraldo. Tornou-se ainda nesse ano, até 1948, professor catedrático de geografia econômica da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais, passando a integrar em seguida a recém-criada Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), órgão diretamente subordinado à Presidência da República encarregado de formular e executar um projeto de desenvolvimento para essa região. Inicialmente, a CVSF teve uma direção colegiada que definiu seu regimento interno e fixou o programa básico de trabalho, voltado principalmente para a distribuição das águas, a utilização do potencial hidrelétrico e a modernização dos transportes. Foram criadas em seguida, no âmbito da própria comissão, as secretarias de Produção e Assistência e de Plano de Obras. Lucas Lopes assumiu a chefia desta última, que contou com a participação dos engenheiros Oscar Espínola Guedes, Galdino Mendes Filho, Salomão Serebrenick, John Cotrin, Mauro Thibau, Domício de Figueiredo e outros, além de sanitaristas e agrônomos. Parelamente a essas atividades, coordenou uma equipe de técnicos da Companhia Brasileira de Engenharia (CBE) que elaborou uma revisão no Plano de Eletrificação de Minas para o governo Milton Campos.

O Plano Geral para o Aproveitamento Econômico do Vale do São Francisco foi apresentado à consideração do Congresso Nacional em dezembro de 1950, recomendando, entre outras obras, a construção de uma barragem em Três Marias (MG) e reservatórios de grande e médio porte em diversos pontos da bacia superior e do trecho submédio do rio São Francisco, entre as cidades baianas de Sobradinho e Paulo Afonso. O plano só seria aprovado em 1955, depois de longa tramitação legislativa.

O início da colaboração com Kubitschek

A política de desenvolvimento adotada por Juscelino Kubitschek no início de seu mandato à frente do governo mineiro, em janeiro de 1951, teve como eixo o binômio “energia e transportes”, considerado básico para viabilizar o processo de industrialização de Minas. Lucas Lopes foi escolhido para formular um plano de eletrificação no estado, enquanto o engenheiro Celso Murta planejava a ação governamental no setor de transportes. Em virtude da relativa carência de recursos

e do grande déficit existente na geração e distribuição de energia em Minas, a iniciativa privada foi chamada a participar de companhias mistas e sociedades anônimas organizadas para realizar as principais obras então iniciadas: a construção das usinas de Itutinga (destinada a alimentar as regiões oeste e sul do estado) e do Paredão (no Alto Parnaíba), a ampliação da capacidade da usina Pai Joaquim (na região de Uberaba), a conclusão da usina de Governador Valadares e o planejamento da usina de Salto Grande (no rio Santo Antônio). Esses trabalhos levaram à criação da Companhia do Médio Rio Doce, da Companhia de Eletricidade do Alto Rio Grande e da Central Elétrica do Piau, unificadas em setembro de 1951 em torno de uma empresa *holding*, a Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig), presidida até o fim do governo Kubitschek por Lucas Lopes. No período seguinte, o sistema de distribuição de energia elétrica foi orientado prioritariamente para apoiar a industrialização, estendendo depois seus serviços às pequenas e médias cidades do interior.

Devido à sua importante participação no programa energético de Minas Gerais, Lucas Lopes foi também convidado, em 1951, a integrar a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, cuja seção brasileira era dirigida por Ari Frederico Torres e contava com Roberto Campos, Glycon de Paiva, José Soares Maciel Filho e Valentim Bouças. A comissão mantinha contato permanente com Horácio Lafer, ministro da Fazenda do segundo governo Vargas, e era encarregada de verificar a disponibilidade de financiamento externo para superar os pontos de estrangulamento da expansão industrial no Brasil, sobretudo nas áreas de energia elétrica e de transportes, além de estudar projetos vinculados a máquinas agrícolas e armazenamento de cereais.

O trabalho da comissão e as gestões de Horácio Lafer no exterior resultaram na elaboração do Plano Nacional de Reparelhamento Econômico, a ser financiado em partes iguais por instituições estrangeiras e pelo governo brasileiro, num total de um bilhão de dólares. Vargas enviou em seguida uma mensagem ao Congresso, aprovada em junho de 1952, propondo a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), encarregado de gerir a aplicação desses recursos de acordo com o plano traçado. A primeira equipe de direção do novo órgão aproveitou os integrantes da seção brasileira da Comissão Mista, cabendo a Lucas Lopes um lugar no conselho de administração. Para a superintendência geral foi nomeado Maciel Filho, industrial do ramo têxtil que fazia restrições à participação do capital estrangeiro na economia nacional. A Comissão Mista completou seus estudos técnicos em julho de 1953 e encerrou oficialmente suas atividades em dezembro seguinte, deixando trabalhos que seriam incorporados mais tarde à preparação do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek. Entre 1953 e 1955, a equipe do BNDE realizou também um importante estudo, coordenado pelo economista Celso Furtado juntamente com

a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), órgão da Organização das Nações Unidas (ONU), cujos resultados seriam igualmente aproveitados no Plano de Metas.

Nesse período — primeira metade da década de 1950 —, acentuou-se a polarização entre correntes nacionalistas e aquelas que defendiam maior abertura à participação do capital estrangeiro na economia nacional. Como decorrência do peso da primeira posição durante o governo de Vargas, o Banco Mundial e outras instituições estrangeiras reduziram ou suprimiram o financiamento ao Brasil. Ao mesmo tempo, a luta política interna se acirrou com o fortalecimento da alternativa golpista contra o presidente, que se suicidou em agosto de 1954. Seu sucessor foi o vice-presidente João Café Filho, que organizou um ministério onde predominavam elementos mais favoráveis ao capital estrangeiro, vinculados à União Democrática Nacional (UDN). Entretanto, preocupado em manter vínculos com o Partido Social Democrático (PSD), o novo presidente pediu que Juscelino Kubitschek indicasse um nome para ocupar o Ministério da Viação e Obras Públicas. A escolha recaiu sobre Lucas Lopes, nomeado em 27 de agosto de 1954.

Sua participação no governo de Café Filho foi curta. Em janeiro de 1955, o presidente endossou um documento assinado por vários chefes militares que defendiam a necessidade de equacionar o problema sucessório em um quadro de colaboração interpartidário, criticando assim, implicitamente, a candidatura de Juscelino Kubitschek, articulada pelo PSD. Discordando dos termos do documento, Lucas Lopes pediu demissão em 29 de janeiro, sendo substituído pelo coronel Rodrigo Otávio de Jordão Ramos.

A convenção nacional do PSD lançou oficialmente o nome de Juscelino em 10 de fevereiro de 1955, apesar da resistência das seções estaduais de Pernambuco, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que formaram uma dissidência e apresentaram, sem êxito, quatro alternativas a essa escolha: Lucas Lopes, Etelvino Lins, Nereu Ramos e Carlos Luz. Juscelino recebeu ainda o apoio do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que lançou João Goulart para disputar a vice-presidência, recompondo assim a aliança das forças aliadas do poder depois do suicídio de Vargas.

A vitória da coligação PSD-PTB no pleito presidencial de 3 de outubro de 1955 acirrou a crise política, pois a UDN e setores militares se posicionaram contra a posse dos eleitos. A tensão chegou ao clímax com a deflagração, em 11 de novembro, de um movimento militar liderado pelo general Henrique Lott, ministro da Guerra demissionário, visando, segundo seus promotores, a barrar uma conspiração em preparo no governo e assegurar a posse de Kubitschek. O movimento provocou o impedimento dos presidentes da República Carlos Luz, em exercício, e Café Filho,

licenciado, empossando na chefia do governo o vice-presidente do Senado, Nereu Ramos. No dia 14 de novembro, Lucas Lopes retornou ao Ministério da Viação e Obras Públicas, onde permaneceu até a posse de Kubitschek em 31 de janeiro de 1956.

No governo de Kubitschek

Juscelino assumiu a presidência disposto a aplicar o Plano de Metas elaborado por uma equipe de técnicos sob a direção de Lucas Lopes e Roberto Campos, integrantes de um grupo de economistas que defendia a necessidade do planejamento econômico governamental para acelerar o processo de industrialização, diferenciando-se assim dos adeptos da escola liberal, como Eugênio Gudin e Otávio Gouveia de Bulhões. Todos esses economistas estavam de acordo, entretanto, em relação à importância da estabilidade monetária e ao papel positivo do capital estrangeiro, combatendo juntos, entre outros, o projeto de criação da Eletrobrás, que desde 1954 tramitava no Congresso Nacional. Em seu lugar, propunham a formação de um fundo nacional de eletrificação e de uma comissão nacional de energia elétrica que, atuando junto com o BNDE, prestasse assistência às empresas concessionárias do setor energético, em sua maioria estrangeiras.

Coerente com as posições de seus coordenadores, o Plano de Metas pretendia mobilizar grande soma de recursos públicos e de capital estrangeiro para atingir, em cinco anos, 36 objetivos setoriais ligados à constituição de uma infra-estrutura básica e à diversificação do parque industrial brasileiro. Além disso, contrariando a opinião de Lucas Lopes e Roberto Campos, o presidente acrescentou ao plano a chamada “meta-síntese”: a construção de Brasília.

Logo no início do governo, em fevereiro de 1956, Lucas Lopes foi nomeado presidente do BNDE, acumulando esse cargo com o de secretário-executivo do então criado Conselho do Desenvolvimento, órgão que passou a centralizar a aplicação do Plano de Metas. Contando com a participação de todos os ministros de Estado, representantes do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) e consultores especiais, o Conselho formou grupos de trabalho que elaboravam projetos ligados a metas específicas do plano e os submetiam aos grupos executivos, formados por administradores e técnicos ligados ao Estado e à iniciativa privada. Esses organismos, criados por decreto, atuavam com grande autonomia financeira e estavam fora da alçada do Poder Legislativo. Os mais importantes foram o Grupo Executivo para a Indústria Automobilística (GEIA), o Grupo Executivo para a Indústria da Construção Naval (Geicon) e o Grupo Executivo para a Indústria de Bens de Capital e Maquinaria Pesada (Geimape).

Como secretário-executivo do Conselho de Desenvolvimento, Lucas Lopes coordenou a elaboração de um programa de exportação de minério de ferro — aprovado em agosto de 1957 — que, segundo René Armand Dreyfuss, concedeu diversas vantagens à empresa norte-americana Hanna Mining Corporation. Anos mais tarde, em depoimento para o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) e para o Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, Lucas Lopes refutaria essas informações, sustentando que a Hanna, naquela época, não havia formulado nenhum projeto de exportação de minério.

Entre 1957 e 1961, o BNDE chegou a dispor anualmente de um montante de recursos superior a 5% de toda a poupança nacional, concentrando-se, pela ordem, em investimentos no setor de transportes, nas indústrias de base e na produção de energia elétrica. Praticamente todas as demandas de financiamento para investimentos industriais públicos ou privados ligados ao Plano de Metas passavam pelo banco, que, depois de analisar sua viabilidade técnico-financeira e sua conveniência macroeconômica, acompanhava de perto a aplicação dos projetos, chegando muitas vezes a controlar o funcionamento das novas unidades de produção. Sua atuação, portanto, foi muito importante na criação de condições favoráveis à intensa penetração do capital estrangeiro no parque industrial brasileiro, fator decisivo para a obtenção de altas taxas de crescimento econômico e a concretização de cerca de 80% das metas planejadas pelo governo Kubitschek.

Os dois aspectos mais delicados na aplicação do plano foram a deterioração do balanço de pagamentos, agravada a partir de 1955, e o crescimento do déficit orçamentário. O primeiro resultava do crescimento das importações e da queda dos preços dos produtos exportados, em particular o café, enquanto o segundo decorria do aumento dos gastos públicos, financiados com emissão de moeda e, portanto, causadores de taxas crescentes de inflação. Essas dificuldades reforçavam a oposição da UDN à política econômica, a inquietação de setores da classe média e o descontentamento dos cafeicultores, atingidos por um confisco cambial que os tornava financiadores indiretos do processo de industrialização.

No início de 1958, o Export Import Bank (Eximbank) condicionou a liberação de um empréstimo solicitado pelo governo brasileiro à obtenção de um aval do Fundo Monetário Internacional (FMI) para a operação. Esta última instituição exigiu então uma rigorosa política de contenção dos gastos públicos e do crédito, maior rigidez nos reajustes salariais, a adoção de uma reforma cambial e o fim do programa de compra de excedentes de café pelo governo, medidas consideradas necessárias para o combate à inflação e a restauração do balanço de pagamentos. Nas discussões subsequentes no Congresso e no interior do governo, a UDN criticou duramente o

ministro da Fazenda José Maria Alkmin, e o general Lott, ministro da Guerra, o responsabilizou pela crise financeira. Pouco depois, Alkmin pediu demissão, alegando que precisava desincompatibilizar-se para concorrer a uma cadeira de deputado federal em outubro seguinte. Lucas Lopes assumiu então a chefia do Ministério da Fazenda, em 25 de junho de 1958, sendo substituído por Roberto Campos na presidência do BNDE.

O Plano de Estabilização

Lucas Lopes e Roberto Campos foram os responsáveis pela elaboração do Plano de Estabilização Monetária, que foi apresentado ao Congresso em outubro e tinha como base quatro medidas principais: limitação da oferta de meios de pagamento, através de restrição ao crédito; maior controle dos gastos públicos, conjugado com o aumento nos impostos sobre a renda e o consumo; menores reajustes salariais; e eliminação dos subsídios cambiais. O plano acirrou imediatamente a controvérsia entre monetaristas e estruturalistas, que localizavam as principais causas da inflação nos desequilíbrios estruturais da economia brasileira e consideravam ineficaz qualquer programa que significasse a liquidação de um plano estratégico de investimentos públicos nos setores fundamentais da economia. Além disso, a política estabilizadora de Lucas Lopes ameaçava a continuidade da aplicação do Plano de Metas, incluindo a construção de Brasília nos prazos previstos.

As resistências ao programa estabilizador não se restringiram apenas aos meios políticos e acadêmicos. Os cafeicultores intensificaram suas pressões, programando imediatamente a chamada “marcha da produção” até o palácio do Catete, sede do governo, para exigir o aumento das compras de estoques pelo governo. Esse projeto não chegou a ser concretizado em virtude da mobilização preventiva de contingentes militares, ordenada pelo general Lott com o apoio de Lucas Lopes. Por outro lado, empresários paulistas iniciaram forte oposição à limitação do crédito, sendo apoiados pelo presidente do Banco do Brasil, Sebastião Pais de Almeida, que se recusou a suspender operações ligadas ao fornecimento de capital de giro para as indústrias. A perspectiva de elevação de impostos também não foi bem recebida por setores conservadores, enquanto o movimento sindical avançava em suas articulações horizontais não-oficiais (os “pactos de ação conjunta”), inclusive em áreas do interior, para resistir às anunciadas restrições salariais.

A luta contra o Plano de Estabilização ganhou um matiz nacionalista, com o crescimento dos ataques a Lucas Lopes e Roberto Campos, acusados de “entreguistas”. Essa polêmica adquiriu novos contornos a partir do primeiro semestre de 1959, quando o debate sucessório começou a

delinear-se. A UDN aumentou seus ataques contra as medidas “demagógicas e populistas” do governo, como o aumento de 30% do salário mínimo, enquanto grupos nacionalistas e de esquerda reforçavam sua pressão contra as vantagens concedidas ao capital estrangeiro, sendo apoiados pelo próprio vice-presidente João Goulart. As exigências do FMI para dar seu aval ao empréstimo solicitado pelo governo brasileiro ao Eximbank eram consideradas inaceitáveis, inclusive por pessoas favoráveis à abertura da economia brasileira às empresas estrangeiras, como Augusto Frederico Schmidt. Kubitschek tentou criar uma alternativa com a proposta de formação da Operação Pan-Americana, que consistiria num amplo programa de colaboração financeira dos Estados Unidos para o desenvolvimento da América Latina. Entretanto, esse projeto ficou sem resposta por parte dos Estados Unidos, enquanto o FMI permanecia inflexível em suas exigências.

Nesse quadro, Lucas Lopes sofreu um infarto em 30 de maio, e em 4 de junho foi substituído interinamente no Ministério da Fazenda por Sebastião Pais de Almeida. Nesse mesmo dia Juscelino suspendeu provisoriamente as negociações com o FMI e em 17 de junho anunciou oficialmente o rompimento com o Fundo. A iniciativa foi saudada por vários setores como uma reafirmação da autonomia política e econômica do país, levando Thomas Skidmore a escrever: “O contentamento parecia maior do que se o Brasil tivesse realmente recebido o empréstimo de trezentos milhões, adiado havia tanto tempo.”

Como era previsto, o rompimento das negociações com o FMI foi acompanhado pelo abandono do Plano de Estabilização e o afastamento dos seus principais coordenadores. Em 28 de julho Sebastião Pais de Almeida foi efetivado no Ministério da Fazenda, e no mesmo mês Roberto Campos passou a presidência do BNDE para Lúcio Meira. Apesar disso, o Plano de Estabilização voltaria a desempenhar importante papel na política econômica do efêmero governo de Jânio Quadros, em 1961.

Depois de deixar o ministério, Lucas Lopes foi nomeado titular do 4º Ofício de Imóveis do Rio de Janeiro em substituição a Olegário Mariano. Acumulou essa função com a de diretor da fábrica Civilit de cimento e amianto, de propriedade do empresário italiano Maurício Cattaneo Adorno, e integrou o conselho de administração de Furnas S.A., cuja presidência chegou a ocupar. Em setembro de 1959, juntamente com antigos colaboradores do BNDE, ajudou a fundar a Consultec — Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas Ltda. Do grupo de consultores da empresa vieram a participar Roberto Campos, Otávio Dias Carneiro, Jorge Oscar de Melo Flores, Mário da Silva Pinto, Otávio Gouveia de Bulhões e Mário Henrique Simonsen, entre outros. Vinculada à empresa, e sob a orientação de Lucas Lopes, foi criada posteriormente a Apec Editora

S.A., responsável durante vários anos pela publicação do periódico *Análise e perspectiva econômica*.

Em 1962, Lucas Lopes passou a trabalhar para a Hanna, inicialmente como consultor e, depois, como administrador. Três anos mais tarde, participou da assinatura do acordo de fusão da St. John del Rey Mining Company — controlada pela Hanna — com o grupo Caemi, de propriedade de Augusto Azevedo Antunes. A negociação deu origem às Minerações Brasileiras Reunidas S.A. (MBR), empresa que, no início dos anos 1970, desenvolveu o projeto Águas Claras, voltado para a exploração e exportação de minério de ferro em larga escala, e que, entre outros empreendimentos, levou à construção de um terminal marítimo em Sepetiba (RJ), inaugurado em novembro de 1973.

Durante sua vida profissional, integrou também os conselhos de administração do Banco Denasa de Investimento e os conselhos consultivos do Banco de Investimento Credisan, da Magnesita S.A. e da Companhia de Cimento Nacional de Minas Gerais S.A. Foi ainda diretor da Sociedade Anônima Mineração de Amianto (SAMA), da Companhia Mineira de Alumínio (Aluminas) e da Morro do Níquel, além de gerente da Hannaco Empreendimentos e Participações.

Faleceu no Rio de Janeiro, vítima de uma parada cardíaca, no dia 29 de janeiro de 1994.

Era casado com Ester de Pádua Lopes, com quem teve três filhos. Um deles, Rodrigo de Paula Lopes, casado com Maria Estela Kubitschek, filha de Juscelino Kubitschek, foi secretário de Indústria e Comércio do estado do Rio de Janeiro entre 1988 e 1990, durante o governo Moreira Franco (1987-1991). Outro filho, Francisco Lopes, um dos idealizadores do Plano Cruzado (1986) e do Plano Real (1994), ocupou interinamente a presidência do Banco Central entre janeiro e fevereiro de 1999.

Além de inúmeros artigos publicados em revistas especializadas, Lucas Lopes foi autor de vários trabalhos e publicações, entre eles: *O vale do São Francisco* (1955), *Plano de eletrificação de Minas Gerais*, *Memorial da capital federal*, *Estudos de política do Brasil — à margem da mudança da capital*, *O Programa de Metas* e *Programa de Estabilização Monetária*. Seu depoimento ao Cpdoc e ao Centro da Memória da Eletricidade no Brasil foi publicado sob o título *Memórias do desenvolvimento* (1991).

O arquivo de Lucas Lopes encontra-se depositado no Cpdoc da Fundação Getúlio Vargas.

Jorge Miguel Mayer/Alzira Alves de Abreu

FONTES: ANDRADE, F. *Relação*; BENEVIDES, M. *Governo Kubitschek*; CAFÉ FILHO, J. *Sindicato*; CONF. NAC. COMÉRCIO. 20; CONSULT. MAGALHÃES, B.; CORRESP. BANCO NAC. DESENV. ECON.; CORTÉS, C. *Homens*; COSTA, M. *Cronologia*; COUTINHO, A. *Brasil*; DREYFUSS, R. A. 1964; *Encic. Mirador*; *Estado de S. Paulo* (18/2/76); *Globo* (31/1/94); *Grande encic. Delta*; HORTA, C. *Famílias*; INST. NAC. LIVRO. *Índice*; *Jornal do Brasil* (30/7/75, 15/1, 1/6, 15/7/76, 30/1/94); KUBITSCHKEK, J. *Meu*; LESSA, C. *Quinze*; LOPES, L. *Memórias*; MARANHÃO, R. *Governo*; MARTINS, L. *Pouvoir*; MIN. FAZ. *Ministros*; MIN. GUERRA. *Almanaque* (1959); MIN. VIAÇÃO. *Dados*; *Nosso* (4); QUADROS, J. *História*; SKIDMORE, T. *Brasil*; SOARES, E. *Instituições*.